

## Petroleiros aprovam ACT 2004/2005

# Acordo consolida vitória contra as discriminações

Após aprovação da contraproposta da Petrobrás e subsidiárias na maioria do país, a FUP e 12 dos 17 sindicatos que representam os trabalhadores do Sistema assinaram o Acordo Coletivo 2004/2005. Os Sindicatos do Litoral Paulista, de Duque de Caxias, de São José dos Campos e o Unificado do Estado de São Paulo estão concluindo as assembleias, cujos resultados apontam para a aprovação da contraproposta em todas estas bases. Já o Sindipetro Rio de Janeiro só inicia as assembleias nesta terça (09).

Foram três meses de uma campanha reivindicatória, onde a mobilização da categoria foi fundamental para fortale-

cer o processo de negociação. Após as paralisações de julho e agosto contra os acidentes na Petrobrás e o leilão das áreas produtoras de petróleo, os petroleiros aderiram em massa à greve pipoca indicada pela FUP. As paralisações surpresa de 24 horas surtiram efeito e mantiveram ao longo de cinco dias os trabalhadores mobilizados em todo o país.

A unidade da categoria também foi decisiva na rejeição das duas primeiras contrapropostas apresentadas pela Petrobrás, mesmo com toda a pressão imposta pela direção da empresa na

---

**Continua no verso....**

### ***Igualdade de direitos, uma conquista histórica!***

O fim das discriminações sempre foi uma das principais lutas da FUP e dos sindicatos. Greves históricas como a de 1983 e a de 1995 tiveram como eixos a preservação de direitos dos petroleiros, sempre ameaçados pelos governos militares e neoliberais. A categoria resistiu bravamente a estes ataques até a campanha de 1997, quando FHC impôs a diferenciação de direitos aos trabalhadores novos. Ainda assim, a FUP conseguiu impedir que a resolução da então CCE (antigo DEST) fosse citada no acordo coletivo.

De lá para cá, a Federação e os sindicatos sempre se pautaram pela luta intransigente para derrubar as discriminações impostas aos companheiros novos. Mas, foi preciso mudarmos a conjuntura do país para que a categoria, mesmo mobilizada, começasse a conquistar a equiparação de direitos para estes trabalhadores. As campanhas de 2002 e de 2003 garantiram a igualdade no pagamento integral da hora extra, do

adicional de sobreaviso e das férias, através de um termo aditivo ao acordo.

Mas as discriminações permaneceram em relação ao pagamento do anuênio (ATS) e ao acordo coletivo que ainda mantinha as diferenciações em relação aos trabalhadores admitidos após 31/08/1997. Herança maldita do governo FHC que estamos finalmente sepultando neste momento histórico, garantindo direitos iguais aos companheiros novos e às próximas gerações de petroleiros e petroleiras.

Ainda temos pela frente antigos desafios, como um plano de previdência complementar que garanta segurança e tranquilidade para todos e a luta incansável contra as demais discriminações que ainda atingem nossos companheiros petroleiros, como é o caso dos aposentados e terceirizados. A busca pela igualdade de direitos, portanto, continua sendo uma de nossas mais importantes bandeiras de luta. E agora mais fortalecida do que antes.

### **Aposentados: Isonomia repara ilegalidade do PPV**

Antes mesmo que os ex-dirigentes da Petrobrás e da Petros iniciassem em 15 de outubro de 2001 o processo de migração para o Plano Petrobrás Vida (PPV), a FUP e os Sindicatos já denunciavam as chantagens, pressões e cooptações utilizadas pela patrocinadora e pela Fundação para empurrar goela abaixo dos participantes um plano de previdência repleto de ilegalidades. Uma arapuca das grandes, mas que, através do incentivo financeiro pago na época pela Petrobrás, acabou atraindo uma parcela considerável de aposentados e pensionistas que se deixou seduzir pelos 2,75 ou 2,5 salários benefícios recebidos.

Mesmo assim, a maioria dos participantes manteve-se unida na luta contra a patrocinadora, a Petros e algumas associações de aposentados que defenderam a migração para o ilegal PPV. Com a suspensão da migração pela Justiça Federal, a FUP garantiu a permanência de todos os participantes no Plano Petros, inclusive quem havia aceito o incentivo financeiro para migrar.

A Petrobrás acabou gerando uma situação discriminatória entre os aposentados e pensionistas, que, desde então, a FUP e os sindicatos vêm tentando resolver. Após três anos de luta, a empresa finalmente reconhece que a saída para resolver este impasse é conceder tratamento isonômico para quem não migrou. Ao zerarmos este passivo criado

---

**Continua no verso....**

## Conquistas do ACT 2004/2005

disputa das assembleias. E foi justamente esta unidade que possibilitou a construção de um acordo vitorioso, onde os petroleiros avançaram, principalmente, em duas reivindicações históricas: a igualdade de direitos para os novos e a isonomia dos aposentados que acreditaram na nossa luta contra o Plano Petrobrás Vida.

**ICV**- Também consolidamos, pelo segundo ano consecutivo, o ICV/DIEESE para todos os trabalhadores: ativa e aposentados. Uma bandeira histórica dos sindicatos cutistas, mas que os petroleiros são a primeira e por enquanto a única categoria a conquistar. Outra importante vitória deste acordo é garantir que a Petrobrás assumira todo o serviço passado dos trabalhadores novos que ainda estão sem previdência complementar. Esta, portanto, é uma questão que, mais do que nunca, terá que ser resolvida pela empresa o mais rápido possível.

**HE e Transpetro** - Fizemos também a Petrobrás reconhecer, após dez anos de luta, o direito de hora extra de quem realiza sobreaviso nas unidades marítimas. Além disso, impedimos a implantação do banco de horas no HA e preservamos os passivos das punições das greves de 94 e 95 que ainda não foram resolvidas pela empresa.

Outra vitória importante desta campanha é o Acordo Coletivo com a Transpetro, que pelo segundo ano avança na igualdade de direitos em relação aos trabalhadores da *holding*, além de outras reivindicações, como o adicional de polidutos.

**Ganho real** - Os petroleiros da ativa também garantem com este acordo o melhor reajuste salarial com ganho real, desde a greve de maio de 95. Foi o melhor acordo conquistado este ano entre as categorias do setor público e privado!

**Desafios** - Ainda temos pela frente a luta por um plano de previdência complementar para os trabalhadores novos, pelo equacionamento das pendências da Petros - principalmente o fim do limite de idade para o grupo 78/79 e a revisão dos benefícios dos pensionistas, além de um novo plano de cargos e salários e a luta incessante por melhores condições de trabalho e segurança para todos.

Reivindicações que não se esgotam no Acordo Coletivo e que, portanto, continuaremos a buscar avanços na mesa de negociação. Nosso maior desafio é fortalecer a nossa unidade e mobilização para que juntos transformemos reivindicações e lutas em conquistas e vitórias.

## (Continuação) Isonomia para os aposentados

pela Petrobrás, fazemos justiça a todos os companheiros e companheiras que acreditaram em nossa luta contra o PPV. Uma conquista deste acordo coletivo, cuja vitória é de todos aqueles que resistiram bravamente à chantagem financeira imposta na época pela companhia.

Veja a **conclusão do parecer do assessor de Direito Previdenciário da FUP, Luis Antônio Castagna Maia**, sobre os três benefícios propostos pela Petrobrás a título de isonomia aos aposentados e pensionistas:

“Qual o impacto deste tratamento isonômico no que se refere ao Plano Petrobrás Vida (PPV)? A resposta é nenhum. Não há impacto do ponto de vista jurídico ou sequer como elemento de convencimento do Judiciário. *Frisamos: os três benefícios propostos,*

*de acordo com a redação dos termos de adesão não impactam o disposto no artigo 41 do regulamento da Petros; não são fruto de negociação de termos do regulamento; não servem de argumento à sobrevivência do PPV, assim como não implicam em adesão ao mesmo; não dão quitação de eventuais perdas de aposentadoria; não afetam às demais cláusulas do Acordo Coletivo.*

O termo proposto pela Petrobrás refere-se tão somente à isonomia de tratamento entre participantes, eis que um contingente percebera anteriormente um tratamento distinto, mas benéfico, para opção a algo que foi a seguir considerado ilegal. Na impossibilidade de devolução de tais valores, impôs-se o tratamento isonômico”.

A íntegra do parecer assinado por Maia está na internet: [www.fup.org.br](http://www.fup.org.br).

## FIQUE DE OLHO

### **FUP assegura retorno de anistiados aposentados da Interbrás e Petromisa**

Dando seqüência às negociações com a FUP em relação à anistia dos trabalhadores da Interbrás e Petromisa, a Petrobrás enviou documento à Federação informando que estará convocando a partir deste mês todos os anistiados aposentados das ex-subsidiárias. Inicialmente, serão chamados os 68 aposentados da Interbrás, já que existe uma decisão do STJ que permite as admissões. Já os cerca de 25 anistiados da Petromisa que estão aposentados só poderão ser convocados a partir de janeiro, em cumprimento à lei eleitoral que proíbe a contratação de trabalhadores em períodos anteriores e posteriores às eleições.

Ao longo de todos estes anos de negociações com a Petrobrás em defesa dos anistiados da Interbrás e Petromisa, a FUP sempre defendeu o retorno à empresa dos companheiros que ao serem demitidos pelas ex-subsidiárias se viram obrigados a garantir o sustento de suas famílias aposentando-se pelo INSS. Afinal, a anistia por eles conquistada deve reparar as distorções e injustiças sofridas em consequência das demissões arbitrárias, das quais foram vítimas tanto quanto os demais anistiados que hoje estão de volta à Petrobrás.

Casos que nada têm a ver com os petroleiros aposentados que, mesmo com seus benefícios complementados pela Petros, retornaram à empresa como prestadores de serviço. Em relação a estes aposentados, a FUP continuará lutando para que sejam retirados das áreas e tenham seus postos de trabalho substituídos por petroleiros concursados.